



CALDEIRA, LOBO E OTTONI
ADVOGADOS ASSOCIADOS

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Atualização: 8 de maio de 2023





1. DEFINIÇÕES

Agentes de tratamento de dados pessoais: o controlador e o operador de dados pessoais;

Autoridade Nacional De Proteção de Dados (ANPD): órgão da administração pública federal responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais em todo território nacional;

Coleta: obtenção, recepção ou produção de dados pessoais independente do meio utilizado (documento em papel, documento eletrônico, sistema de informação etc.);

Compartilhamento de dados: comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados.

Cookies: arquivos de informação que são armazenados no computador ou em dispositivos móveis através do navegador de internet (*browser*). Estes arquivos permitem que, durante um período de tempo, um website registre ações e preferências em nome do titular. O uso de cookies existe para que o Titular, ao regressar a um website que já visitou, não tenha, em princípio, que indicar novamente as suas preferências de navegação (idioma, fonte, forma de visualização etc.).

Consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;

Controlador de dados pessoais: Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais;

Dado anonimizado: dado relativo ao titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.

Dados pessoais: toda informação que se refira a uma pessoa física identificada ou identificável. Na prática, a expressão compreende todo dado que permite identificar uma pessoa, por exemplo: nome, CPF, nº da carteira de identidade, fotografia, e-mail, data de nascimento etc;

Dados pessoais sensíveis: dados referentes a origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

Operador de dados pessoais: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador;

Pseudoanonimização: processos e técnicas por meio dos quais um dado tem sua possibilidade de associação dificultada. O dado pseudoanonimizado é considerado dado pessoal para fins de aplicação da LGPD, tendo em vista a possibilidade de associação desse dado a uma pessoa natural.



Titular dos dados pessoais (titular): pessoa física que se relacione com Caldeira, Lobo e Ottoni Advogados Associados em situações em que haja a possibilidade de disponibilização de dados pessoais. Exemplos: pessoas que naveguem no website e redes sociais do escritório, clientes, advogados, parceiros, funcionários, terceiros ou prestadores de serviços, dentre outros;

Tratamento de dados pessoais (tratamento): toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação comunicação, transferência, difusão ou extração;

2. INTRODUÇÃO

O escritório Caldeira, Lobo e Ottoni Advogados Associados (“**CLO Advogados**”) possui uma equipe de profissionais orientada pela ética, sigilo, prudência e pela importância de proteger as informações pessoais do titular de dados (“**Você**”) e processá-las de forma responsável e em conformidade com as melhores práticas e leis de proteção de dados, em especial a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados (“**LGPD**”).

3. COMO OS DADOS PESSOAIS SÃO UTILIZADOS PELO CLO ADVOGADOS?

Todos os dados pessoais tratados por CLO Advogados atendem às disposições da LGPD, havendo especial atenção aos princípios da Adequação, Finalidade e da Necessidade.

Dessa maneira, o tratamento de dados pessoais é realizado para atender, dentre outras, às seguintes finalidades:

- Prestação serviços jurídicos, de natureza contenciosa ou consultiva;
- Cumprimento de obrigações legais ou regulatórias, inclusive em resposta a procedimentos legais ou pedido formulado por autoridade legal competente;
- Celebração de contratos com os titulares de dados pessoais, representantes de empresas parceiras ou com colaboradores;
- Manutenção do relacionamento com o cliente, bem como para notificações sobre processos, diligências, negociações de acordos, agendamento de reuniões, emissão de faturas e notas fiscais e condução de demais atividades administrativas e financeiras;
- Segurança e monitoramento do ambiente de trabalho por meio de circuito de câmeras.

Além disso, especificamente ao acessar o site de CLO Advogados, você poderá fornecer dados pessoais para as finalidades específicas de:



- Candidaturas a vagas pela página “Trabalhe Conosco”: para a candidatura, CLO Advogados poderá tratar dados como nome, telefone, e-mail, experiência na área, número de inscrição em órgão de classe e outras informações necessárias à candidatura. Você é responsável pelos dados pessoais que nos fornece e, por isso, recomendamos que compartilhe, apenas, o mínimo necessário de dados pessoais quando do seu contato inicial.
- Contato: na página “Contato”, os dados pessoais tratados são aqueles exigidos no formulário apresentado: nome e endereço de e-mail.

Além do fornecimento ativo, ao acessar nossas páginas, CLO Advogados poderá, por meio de Cookies, coletar dados relacionados à sua navegação, com a finalidade de analisar sua interação com a página visitada, data e geolocalização aproximada do acesso, versão do seu navegador, IP e frequência de visitas.

Os Cookies guardam informações relacionadas às suas preferências, como idioma, localização, recorrência das suas sessões e outras variáveis que os desenvolvedores consideram relevantes para tornar a sua experiência muito mais eficiente. No entanto, você também pode configurar suas preferências de Cookies diretamente em seu navegador. Para gerenciar os cookies do seu navegador, basta fazê-lo diretamente nas configurações do navegador, na área de gestão de Cookies.

Você pode acessar tutoriais sobre o tema diretamente nos links abaixo:

Se você usa o [Internet Explorer](#).

Se você usa o [Firefox](#).

Se você usa o [Safari](#).

Se você usa o [Google Chrome](#).

Se você usa o [Microsoft Edge](#).

Se você usa o [Opera](#).

A instalação dos Cookies está sujeita ao seu consentimento. Apesar da maioria dos navegadores estarem, inicialmente, configurados para aceitar Cookies de forma automática, você pode rever suas permissões a qualquer tempo, de forma a bloqueá-los, aceitá-los ou ativar notificações para quando alguns cookies forem enviados ao seu dispositivo.

Atualmente, na primeira oportunidade que você acessar o nosso site, será requerida a sua concordância com a sua respectiva instalação. Para tanto, utilizamos um sistema de solicitação de consentimento na página inicial de CLO Advogados.



4. COM QUEM CLO ADVOGADOS COMPARTILHA SEUS DADOS?

Poderemos transmitir informações e dados pessoais a terceiros quando necessário para alcançar as finalidades que ensejaram o tratamento dos dados como, por exemplo, para

- Autoridades judiciais, administrativas ou governamentais competentes, sempre que houver determinação legal, requerimento, requisição ou ordem judicial;
- Parceiros de negócio como, escritórios de advocacia, consultores e advogados correspondentes;
- Prestadores de serviços contábeis;
- Empresas especializadas em tecnologia da informação ou serviços de hospedagem em nuvem;
- Plataformas de pagamento.

Garantimos que o compartilhamento de dados garantirá acesso limitado à informação dos titulares dos dados, restrito unicamente àqueles efetivamente necessários para a execução das tarefas contratadas.

5. ONDE CLO ADVOGADOS ARMAZENA OS SEUS DADOS?

Desenvolvemos medidas técnicas e organizacionais adequadas para assegurar um nível de segurança apropriado de todas as suas informações, em especial, de seus dados pessoais sensíveis. Todos os dados coletados são armazenados no sistema interno (“**Rede**”) de CLO Advogados e em provedores de hospedagem em nuvem, como Google Drive ou Microsoft OneDrive.

Além disso, os acessos à rede do escritório são restritos aos advogados, estagiários e colaboradores, com controle de acesso a pastas e poderes de administração específicos.

CLO Advogados implementa, periodicamente, medidas técnicas e de segurança da informação para garantir a proteção, evitar acessos não autorizados, perdas acidentais, destruição ou divulgação não autorizada desses dados.

6. POR QUANTO TEMPO CLO ADVOGADOS ARMAZENA OS SEUS DADOS?



Só armazenamos os seus dados pessoais pelo tempo necessário para atingir a finalidade desejada, para responder às suas necessidades e às solicitações que, eventualmente, nos dirigir.

Podemos reter, ainda, alguns dos seus dados pessoais na medida em que sejam necessários para o cumprimento de obrigações legais, bem como para administrar ou fazer valer os nossos direitos. Quando aplicável, os dados pessoais serão anonimizados, eliminados e/ou apagados de forma absolutamente segura.

Ao visitar a sede do nosso escritório, em Brasília/DF, a sua imagem ficará armazenada por nossas câmeras de segurança por no máximo 30 (trinta) dias em nosso sistema DVR (Digital Video Recorder).

E, por fim, de modo a garantir o exercício regular de direitos, os seus dados pessoais fornecidos para a prestação dos nossos serviços deverão ser armazenados pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, contados a partir do término da relação contratual com CLO Advogados.

7. QUAIS SÃO OS SEUS DIREITOS?

De acordo com a legislação aplicável, é dever de CLO Advogados viabilizar, sempre que assim solicitado por você, o cumprimento dos seguintes direitos previstos nos artigos 18 e 19 da LGPD:

a) Direito a ser informado: direito a obter informação clara, transparente e compreensível sobre a forma como usamos os seus dados pessoais.

b) Direito de acesso: em complemento ao direito de informação, os titulares têm direito a acessar os dados pessoais que tratamos e conservamos. O direito de acesso não é, contudo, ilimitado, tendo que ser articulado com a legislação de proteção de dados (podendo, por isso, ser rejeitado quando, por exemplo, o acesso possa prejudicar direitos e liberdades de terceiros, ou em caso de abuso na solicitação) e legislação de direito da saúde.

c) Direito de retificação: direito de retificar os seus dados pessoais se estes estiverem incorretos, desatualizados ou incompletos, através dos canais de comunicação indicados nesta Política de Privacidade. Esse direito apenas poderá ser exercido em relação aos dados pessoais informados diretamente pelo titular.

d) Direito de exclusão: direito à eliminação dos dados cuja coleta o titular consentiu. Em alguns casos, o direito à exclusão poderá não ser conferido, uma vez que podemos ter outros fundamentos legais para manutenção dos dados, como é o caso dos prazos de conservação legalmente previstos, ou interesses legítimos para a retenção dos seus dados pessoais. Podendo, ainda, solicitar a anonimização, bloqueio ou exclusão de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade.

e) Direito de oposição ao tratamento dos dados: pode manifestar oposição ao tratamento dos seus dados sempre que divergir da finalidade originalmente informada e/ou consentida pelo titular.

f) Direito de, a qualquer momento, retirar o seu consentimento: pode retirar o seu consentimento ao tratamento de dados quando for alicerçado na sua vontade. A retirada de consentimento não afeta a legalidade do tratamento baseado no consentimento antes da respectiva retirada, tampouco afeta a legalidade do tratamento lastreado em outros fundamentos legais.



g) Direito à informação sobre compartilhamento dos dados com outras instituições: o titular pode solicitar informações sobre as empresas (públicas ou privadas) para as quais CLO Advogados está compartilhando os seus dados pessoais.

h) Direito a não fornecer seu consentimento: o titular poderá não consentir com a coleta e/ou tratamento dos seus dados pessoais, mas deverá ser informado sobre as consequências dessa opção.

Lembramos que esses direitos, como quaisquer outros, deverão ser exercidos de forma razoável e segundo a boa-fé. Se os pedidos para exercício dos seus direitos forem, manifestamente, infundados ou excessivos (por exemplo, se você solicitar informações de forma injustificada e repetida ou abusar do direito a receber informações, inclusive prestando informações falsas ou suscetíveis de induzir em erro), reservamo-nos o direito de negar a sua solicitação.

Para o exercício dos direitos previstos na LGPD, o titular deverá enviar uma comunicação ao nosso Encarregado de Dados, por meio do seguinte endereço eletrônico: ottoni@cloudvogados.com.br.

Para sua segurança, sempre que você apresentar uma requisição para o exercício de direitos, iremos solicitar algumas informações e/ou documentos para que possamos comprovar sua identidade e garantir a segurança de todos os que colaboram com CLO Advogados.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

Reservamo-nos o direito de modificar esta Política para implementação de melhorias na prestação dos serviços, em função de novas exigências legislativas e/ou regulamentares, por motivos de segurança ou com a finalidade de adaptá-la às instruções das autoridades de controle em matéria de proteção de dados.

Sempre que uma alteração na Política for realizada, a atualização será disponibilizada por meio de nosso website. Além disso, a tolerância a eventual descumprimento de qualquer disposição do respectivo documento não constituirá novação das obrigações aqui estipuladas e tampouco impedirá ou inibirá sua exigibilidade, a qualquer tempo.

Caso alguma disposição da presente Política seja julgada inaplicável ou sem efeito, o restante do documento continua a vigor, sem a necessidade de medida judicial que assim o declare.

Por fim, se você acredita que seus dados pessoais foram utilizados de maneira incompatível com esta Política ou com as opções que escolheu, ou, ainda, se você tiver dúvidas, comentários, solicitações ou sugestões relacionadas à gestão dos seus dados pessoais por CLO Advogados, por favor, entre em contato com o nosso Encarregado de Dados mediante o seguinte endereço eletrônico: ottoni@cloudvogados.com.br.